



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO TRF2 Nº 10/2026

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: (21) 2282-8682 / 2282-8016

ATENÇÃO

Alerta-se para que a empresa licitante analise detalhadamente o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento. A prática injustificada de atos tais como: não manter a proposta e deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº 0009034-86.2025.4.02.8000

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu(sua) Pregoeiro(a), designado pela **Portaria SEI DG/TRF2 Nº 206, de 12 de Maio de 2025**, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio www.gov.br/compras. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 11 de fevereiro de 2026

Horário (de Brasília): 13:00h

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Planilha de Preços;

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VI - Minuta de Termo de Contrato

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **Aquisição e renovação de licenças de softwares Microsoft, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como participante, através do Sistema de Registro de Preços**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é composto por **25 (vinte e cinco)** itens, que poderão ser adjudicados a mais de uma licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio www.gov.br/compras.

2.1.1 – A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis (serviço), contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato**, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Preços unitário e total, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II do Edital;

5.1.5.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim, todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.5.2 - A licitante deverá oferecer proposta em quantitativo igual ao máximo previsto neste Edital, obrigando-se nos limites dela;

5.1.6 - **Descrição integral das características técnicas do(s) produtos(s)/serviço(s) cotados(s)**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como a MARCA (e modelo, se houver);

5.1.6.1 - Em caso de licitações por lote ou por valor total cujo objeto seja detalhado em subitens, conforme constante no Anexo II deste edital, deverá ser observado na proposta o valor estimado em cada uma das frações de preço;

5.1.6.2 - Consoante determinação do item 1.7 do Anexo I da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, a Licitante deverá apresentar declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de entrega**, que deverá ser conforme estabelecido no Termo de Referência - ANEXO I deste edital;

5.1.9 - **Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:** 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado que o preço é vantajoso;

5.1.10 - **Prazo de validade / garantia do produto/serviço em cada fornecimento**, que deverá ser conforme estabelecido no Termo de Referência - ANEXO I deste edital;

5.1.10.1 – Os prazos serão contados a partir da data do recebimento definitivo dos materiais, prevalecendo o prazo de garantia/validade fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso seja maior.

5.1.10.2 - Durante o período da garantia/validade , a CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.1.10.3 - O prazo de garantia/validade deverá ser integral, devendo cobrir qualquer defeito de fabricação,

quando em condições normais de uso;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.10, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O(A) Pregoeiro(a) poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos/serviços no *Compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O(A) Pregoeiro(a) poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços

manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da intimação.

6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação.

6.10 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no artigo 25 do Decreto nº 11.462/2023.

6.10.1 - Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, facultando-se à Administração, independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor unitário do item que estiver cotando**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de 1% (um por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.8 - No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a

comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

7.12 - A apresentação de novas propostas na forma dos subitens 7.10 e 7.11 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.13 - Definido o resultado do julgamento, após realizados os procedimentos previstos no item 8, quando couber, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.13.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.13.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR VALOR UNITÁRIO**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.3.1 - Na hipótese do certame não ser exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma;

8.3.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora;

8.3.3 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.3.5 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida

para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.3.6 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o seguinte critério de desempate:

8.5.1 - Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.6.1 - Empresas brasileiras;

8.6.2 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.6.3 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.7 – Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, após a aplicação dos critérios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, utilizar-se-á o sorteio como critério de desempate, no sistema Compras.gov.br, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os demais procedimentos previstos neste item 8, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR VALOR UNITÁRIO** para o item que estiver cotando, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o(a) Pregoeiro(a), a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O(A) Pregoeiro(a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não

alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 -Da exigência de amostra: Não se aplica

8.15 - O(A) pregoeiro(a), constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.16 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio .

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20/2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a).

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do TRF – 2ª Região, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da

licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao(à) Pregoeiro(a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante fornece ou forneceu licenças de softwares Microsoft.

9.5.1.1.1 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.3 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

9.5 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1 - Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativos aos dois últimos exercícios sociais, assinados pela ou pelo representante legal e pela ou pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.6.1.1 - Os documentos referidos no subitem anterior limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos.

9.6.1.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.6.2 - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, datadas de até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação da proposta de preços.

9.6.3 - Os documentos exigidos nos subitens 9.6.1 deverão comprovar:

9.6.3.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro

de Preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região, e de cada órgão participante da ata de registro de preços, na época da realização da despesa.

PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES	ELEMENTO DE DESPESA
02.061.0033.4257.6063420		3.3.90.40.06 - Itens 6 a 15; Item 25 4.4.90.40.05 - Itens 1 a 5; 16 a 24

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo(a) Pregoeiro(a).

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao(à) Pregoeiro(a), exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o(a) Pregoeiro(a) aceitar a proposta e habilitar a(s) licitante(s) vencedora(s).

12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, constante do Anexo V deste Edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho/assinar contrato, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez, mediante solicitação apresentada dentro do prazo e devidamente justificada pela licitante, que deverá ser aceita pelo TRF - 2ª Região, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

13.3 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

13.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

13.4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

13.4.2 - A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo Órgão ou entidade interessada por meio de contrato ou emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, os quais deverão ser assinados no prazo de vigência da ata de registro de preços.

13.4.3 - O TRF - 2ª Região não está obrigado a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.4.4 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.4.5 - A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será extensiva à data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo a que alude o subitem 16.1.2.

13.5 - Desde que atendidos os pressupostos da lei, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens/serviços com preços iguais aos da licitante vencedora, seguido pelas licitantes que mantiveram sua proposta original, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

13.6 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

13.6.1 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens/serviços com preços iguais aos da adjudicatária anuir a contratação, serão convocadas as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço da adjudicatária.

13.6.2 - Caso frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do subitem 13.6.1, será realizada a adjudicação e firmado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem

de classificação.

13.7 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/do Contrato.

13.8.2 - No ato da assinatura do termo de contrato/retirada da Nota de Empenho a contratada será cientificada quanto aos termos do Código de Ética da Justiça Federal da 2ª Região, instituído pela Resolução nº 21 – TRF2, de 16/12/2024.

13.9- GARANTIA CONTRATUAL

13.9.1 – Na hipótese de exigência de prestação de garantia contratual, que constará, se for o caso, da minuta do termo de contrato, a Contratada ficará obrigada a apresentar a garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser firmado, seja qual for a modalidade escolhida dentre as previstas no §1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

13.9.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

13.9.1.2 - Na hipótese de opção por seguro-garantia, deverá ser apresentada a respectiva Apólice no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do §3º, do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021.

13.9.1.3 - Em caso de contrato com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação do percentual previsto no subitem 13.9.1.

13.9.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.9.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

13.9.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

13.9.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

13.9.2.4- Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

13.9.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de **0,1% do valor mensal** do contrato por dia de atraso, até o máximo de **2%**;

13.9.3.1- O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza ao TRF - 2ª Região a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

13.9.3.2 - O bloqueio efetuado com base no subitem 13.9.3.1 não gera direito a nenhum tipo de compensação

financeira à Contratada;

13.9.3.3 - - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 13.9.3.1 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.9.4 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

13.9.5- O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

13.9.6- A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

13.9.7- Será considerada extinta a garantia:

13.9.7.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.9.7.2 - Com a extinção do contrato.

13.9.8 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

13.9.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

13.9.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;

13.9.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

13.9.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;

13.9.9- Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.9.8.2 e 13.9.8.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo.

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O TRF - 2ª Região é o Órgão gerenciador responsável pela condução dos procedimentos de registro de preços e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, cuja vigência será conforme o constante no subitem 5.1.9 deste Edital.

14.2 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o TRF - 2ª Região designará servidor/equipe para exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato.

14.3 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:

14.3.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

14.3.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo TRF - 2ª Região, sem justificativa razoável;

14.3.3 - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de alteração, nos termos do artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462/2023;

14.3.4 – Sofrer sanção prevista no artigo 156, incisos III ou IV, da Lei nº 14.133/2021;

14.3.4.1 - Caso a penalidade não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o Órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.4 - O cancelamento do registro do fornecedor será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.6 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão gerenciador na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

14.6.1 - Existência de razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

14.6.2 - Comprovação de que o fornecedor está impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, devido à ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

14.6.3 - Ausência de êxito nas negociações para adequação do preço registrado ao preço praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26 §3º, e do artigo 27 §4º, do Decreto nº 11.462/2023.

14.7 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e os órgãos da Administração Pública Federal não participantes do registro de preços, da seguinte forma.

14.7.1 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

14.7.2 - de órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante.

14.8 - O Órgão gerenciador será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o subitem 14.7, na hipótese de haver estimativa das quantidades que pretende contratar;

14.9 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 15.2 e 15.3.

14.10 - O remanejamento de que trata o subitem 14.7 deve ser solicitado pelo órgão interessado e autorizado pelo Órgão gerenciador, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência deste(a).

14.11 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens

15 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Os órgãos da **Administração Pública Federal** que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 15.4.

15.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, por órgão da Administração Pública Federal, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.

15.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos da Administração Pública Federal não participantes que aderirem. (artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023)

15.3.1 - O limite referenciado no subitem 15.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

15.4 - Os órgãos da Administração Pública Federal que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 15.1.3;

15.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

15.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

15.6 - Ao órgão da Administração Pública Federal não participante que aderir à Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.7 - O órgão da Administração Pública Federal não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

15.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

15.9 - É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

15.10 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

16.1.1 - Em relação à entrega das aquisições e renovações de licenças de software Microsoft:

16.1.1.1 - Provisoriamente - **pelo Fiscal Técnico, mediante o registro de recebimento do documento**

fiscal no Portal do SIGEO, após a entrega do material/serviço para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.

16.1.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado

16.1.2 – O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

16.1.3 - Em relação à prestação dos serviços do item 15 (Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric), relacionados à serviços de natureza continuada com pagamento mensal:

16.1.3.1 - Provisoriamente, pelo Fiscal Técnico, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico na prestação dos serviços;

16.1.3.2 - Definitivamente, pelo Gestor do Contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório referente à prestação dos serviços do item 15 (Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric) conforme os créditos, salvo motivo justificado;

16.1.3.2.1 - O Termo de Recebimento Definitivo referente à prestação dos serviços de suporte e atualização de versões compreenderá a execução do objeto da contratação e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

16.1.3 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

16.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

16.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

16.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que o objeto está em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

16.5 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

16.6 - O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato

17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 - O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos/conclusão dos serviços, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, da seguinte maneira:

17.1.1 - no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado;

17.1.2 - no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior ao limite estabelecido do art. 75, II da Lei 14.133/21 devidamente atualizado;

17.1.3 - O pagamento referente ao Item 15 será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, nos prazos descritos nos itens 17.1.1. e 17.1.2

17.1.4 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

17.1.5 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

17.1.6 - Para fins do disposto nos subitens 17.1.1 ou 17.1.2, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

17.2 - O documento fiscal deverá ser registrado no Portal SIGEO para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação de pagamento.

17.2.1 - A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais). Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.

17.2.2 - Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

17.2.3 - No caso de documento fiscal apresentado com erro, a Contratada será notificada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado nos subitens 17.1.1 ou 17.1.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

17.2.4 - O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues, na forma abaixo, em conformidade com o Termo de Referência, bem como deverá ser registrado no portal SIGEO:

17.2.4.1 - Para o TRF2 o e-mail terá como destinatário licenciamento@trf2.jus.br e a SJRJ terá como destinatário licenciamento@jfrj.jus.br.

17.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação encaminhando declaração por meio de endereço eletrônico notafiscal@trf2.jus.br.

17.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas instruções normativas posteriores.

17.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;

17.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

17.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

17.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 17.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17.6.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a

CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

18.1.1 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.1.2 – Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante;

18.2 – O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

18.3 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - São obrigações do Contratante, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

19.1.1 – Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

19.1.2 – Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

19.1.3 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento do(s) produto(s)/material(is) objeto do Contrato;

19.1.4 – Comunicar oficialmente à Contratada qualquer falha ou irregularidade verificada no cumprimento do Contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;

19.1.5 – Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto do Contrato;

19.1.6 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

19.1.7 – Solicitar reparo, correção, remoção ou substituição do(s) produto(s)/material(is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

19.1.8 – Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

19.1.9 - Recusar o recebimento do material que esteja em desconformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela Contratada.

20 - DAS SANÇÕES

20.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

20.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

- 20.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 20.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 20.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 20.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 20.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 20.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 20.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 20.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 20.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 20.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 20.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 20.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ;
- 20.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11 e 20.1.12 acima, bem como nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 20.2.2.
- 20.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 20.2.4 - **Multa:**
- 20.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 20.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 20.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante .
- 20.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa .
- 20.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 20.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;
- 20.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

20.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

20.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

20.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

20.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

20.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21- DO REAJUSTE

21.1 - Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual em conformidade com os artigos 25, § 7º e 92, inciso V, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

21.2 - O reajustamento dos preços será feito com base na variação do ICTI - Índice de Custo da Tecnologia da Informação calculado e divulgado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada exclusivamente

para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = (I - I_0 / I_0) \times P$$

Onde:

R = Reajuste

I = N° índice da data do reajuste

I₀ = N° índice da data do orçamento estimado pela Administração ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado

21.3 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.

21.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

22 - DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

22.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

22.3 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

22.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

22.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

22.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

22.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA SOARES ALVES**, Assessora em exercício, em 26/01/2026, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) informando o código verificador **1561623** e o código CRC **9D196DD3**.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

MCTI - TERMO DE REFERÊNCIA TRF2 1560402

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição e renovação de licenças de softwares Microsoft, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como participante, conforme especificações estipuladas neste termo de referência.

1.1. DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2)

CNPJ: 32.243.347/0001-51

Rua Acre, 80 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20081-000

SITE: www.trf2.jus.br

Seção de Licitações: (21) 2282-8016 / 8682 (12 às 17h)

E-mail: cpl@trf2.jus.br

1.2. DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (SJRJ)

CNPJ: 05.424.540/0001-16

Av. Almirante Barroso, 78, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.040/009

Site: www.jfrj.jus.br

Seção de Licitações: Fone (21) 3218-9767 / 9868 (12 às 17h)

E-mail: licitacoes@jfrj.jus.br

2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

2.1. A licitante deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante a seguir, contendo discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso;

2.2. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.

2.3. A proposta deverá informar os meios de comunicação (e-mail, número de telefone 0800, serviço de abertura de chamado via web) para abertura de chamados.

Item	Discriminação	ID SGD / ID Microsoft	Quantidade			Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
			TRF2	SJRJ	TOTAL		
1	Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA DCAL WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 12 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464	ID. SGD MS.5.0-A1352 ID. Microsoft W06-00022	1.718	3.277	4.995		
2	Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA UCAL WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS 12 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 12 meses- adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464	ID SGD MS.5.0-A1364 ID. Microsoft W06-00445	111	444	555		
3	Licenciamento de direitos de uso de software para desktop Visio Professional ALng LSA VISIO PROFESSIONAL ALNG LSA 12 meses (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance de 12 meses) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464	ID. SGD MS.5.0-A0537 ID. Microsoft D87-01057	15	0	15		
4	Descrição: Licenciamento de software para servidor Descrição Complementar: Licença de software servidor Exchange Server Enterprise ALng LSA com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A0237 ID. Microsoft 395-02412	2	3	5		

5	<p>Descrição: Licenciamento de software para usuário</p> <p>Descrição Complementar: Licença de software de usuário Exchange Ent CAL ALng LSA User CAL com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0227</p> <p>ID. Microsoft PGI-00268</p>	3.700	8.000	11.700		
6	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>O365 E1 Existing Customer Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses).</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1588</p> <p>ID. Microsoft T6A-00024</p>	216	510	726		
7	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>O365 E1 Existing Customer Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses).</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1588</p> <p>ID. Microsoft T6A-00024</p>	216	510	726		
8	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>O365 E1 Existing Customer Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses).</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1588</p> <p>ID. Microsoft T6A-00024</p>	72	170	242		

9	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>O365 E3 Existing Customer Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses).</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1616</p> <p>ID. Microsoft AAA-10842</p>	318	423	741		
10	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>O365 E3 Existing Customer Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses).</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1616</p> <p>ID. Microsoft AAA-10842</p>	318	423	741		
11	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>O365 E3 Existing Customer Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses).</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1616</p> <p>ID. Microsoft AAA-10842</p>	106	106	212		
12	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>Entra ID P1 Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses).</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1027</p> <p>ID. Microsoft 3R2-00002</p>	534	933	1.467		
13	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>Entra ID P1 Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses).</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1027</p> <p>ID. Microsoft 3R2-00002</p>	534	933	1.467		

	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software Entra ID P1 Sub Per User</p>	ID. SGD MS.5.0- A1027					
14	<p>Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses).</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	ID. Microsoft 3R2- 00002	178	276	454		
15	<p>Descrição: Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric SKU:F64 + Armazenamento OneLake 1000Gb Descrição Complementar: Acesso à Plataforma Azure para uso do MICROSOFT FABRIC F64 com reserva mensal Adiantado pelo período de 12 meses. + Armazenamento Onelake Storage de 1000Gb por 12 meses</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	ID. Microsoft 6QK- 00001	70 (créditos mensais)	0	70 (créditos mensais)		
16	<p>Descrição: Licenciamento de software para servidor Win Remote Desktop Services CAL ALng LSA UCAL Descrição Complementar: Windows Remote Desktop Server per User Client Access com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com Suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 27464</p>	ID. SGD MS.5.0- A0614 ID. Microsoft 6VC- 01252	300	0	300		
17	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software Office Professional Plus ALng LSA Descrição Complementar: Microsoft Office Professional Plus - (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos, com Software Assurance de 12 meses) no idioma Português e na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 27464</p>	ID. SGD MS.5.0- A1423 ID. Microsoft 269- 05623	2.000	3.400	5.400		

18	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft SQL Server Enterprise (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 12 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 15091</p>	<p>ID. SGD MS.4.0-A0416</p> <p>ID. Microsoft 7JQ-00341</p>	40	0	40		
19	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft SQL Server Enterprise (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 24 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 150191</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0418</p> <p>ID. Microsoft 7JQ-00341</p>	40	0	40		
20	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft SQL Server Enterprise (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 36 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 150191</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0417</p> <p>ID. Microsoft 7JQ-00341</p>	40	0	40		

21	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software para servidor</p> <p>Core CAL ALng LSA DCAL</p> <p>Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 24 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 24 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1354</p> <p>ID. Microsoft W06-00022</p>	1.718	3.277	4.995		
22	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software para servidor</p> <p>Core CAL ALng LSA DCAL</p> <p>Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 36 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 36 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1353</p> <p>ID. Microsoft W06-00022</p>	1.718	3.277	4.995		
23	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software para servidor</p> <p>Core CAL ALng LSA UCAL</p> <p>Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS 24 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 24 meses- adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID SGD MS.5.0-A1366</p> <p>ID. Microsoft W06-00445</p>	111	444	555		

24	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software para servidor</p> <p>Core CAL ALng LSA UCAL</p> <p>Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS 36 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 36 meses- adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID SGD MS.5.0-A1365</p> <p>ID. Microsoft W06-00445</p>	111	444	555		
25	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software</p> <p>Power BI Pro Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Power BI Pro - (Licenças de Subscrição por Usuário pelo período de 12 meses).</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1173</p> <p>ID. Microsoft NK4-00002</p>	16	24	40		
VALOR TOTAL							

Os campos “Descrição do Fabricante” e “Part Number” são apenas uma referência e em caso de conflito com a “Descrição”, esta deverá ser considerada.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

3.1. Aquisição e renovação de licenças de software Microsoft, com suporte e atualização durante a vigência contratual, visando atender às demandas tecnológicas da instituição no que se refere à produtividade, comunicação corporativa, infraestrutura de servidores e conformidade legal com os requisitos de licenciamento de software.

4. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação visa garantir a atualização dos softwares básicos e avançados que compõem o ambiente de TI com versões e produtos mais atuais do mercado, agregando maior segurança e novos recursos aos sistemas e serviços, buscando melhoria nas atividades judiciais e administrativas da 2ª Região e, contribuindo para o aperfeiçoamento e a inovação dos processos de trabalho e, consequentemente, tornando-os mais céleres.

4.2. A aquisição de licenciamento de acesso para clientes de softwares para equipamentos servidores é complementar aos licenciamentos de softwares básicos e avançados (SO) para equipamentos servidores, permitindo que as conexões dos clientes dos sistemas de TI baseados nestes softwares e das equipes internas que prestam suporte a esses mesmos softwares estejam em conformidade com as regras de licenciamento do fabricante.

4.3. A aquisição de licenças de softwares de colaboração e produtividade e de aplicativos de negócio destinados aos usuários finais, além de promover a atualização dos aplicativos ora em uso para as versões

mais recentes disponíveis, permitirá o uso de ferramentas com alta produtividade e confiabilidade para automação dos serviços.

4.4. Em razão dos avanços tecnológicos, a computação em nuvem se tornou uma realidade plenamente acessível às organizações. Dentre os benefícios da adoção deste modelo, destacam-se: redução de custos em infraestrutura computacional, elasticidade no consumo dos recursos, redução da ociosidade dos recursos, agilidade na implantação de novos serviços, acesso dinâmico aos recursos a partir de qualquer local e dispositivo, bem como instalação de atualizações, correções e monitoramento do ambiente de nuvem pelo fornecedor dos serviços.

4.5. O Tribunal Regional da 2ª Região e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro dispõem da ferramenta Microsoft 365, que é uma solução integrada de colaboração, produtividade e comunicação, o que permite o trabalho em equipe e colaborativo, cuja vigência da subscrição irá expirar em dezembro de 2025.

4.6. Neste sentido, a contratação em tela, visa manter o uso das tecnologias mais modernas, como a solução de software em nuvem, que deixou de ser uma tendência e passou a ser uma realidade nas grandes corporações e, por consequência, também na Administração Pública, alinhando-se com as mais modernas e eficientes práticas do mercado.

4.7. A utilização de subscrição de licenças de software em ambiente de nuvem justifica-se pelas inúmeras vantagens que a tecnologia apresenta como, por exemplo:

4.7.1. Gerenciamento centralizado;

4.7.2. Versões atualizadas dos softwares que compõem a solução;

4.7.3. Redução de investimentos com infraestrutura local;

4.7.4. Padronização das aplicações para todos os usuários de forma célere;

4.7.5. Maior disponibilidade e facilidade na recuperação e arquivamento;

4.7.6. Suporte e manutenção simplificados;

4.7.7. Maior escalabilidade e fácil provisionamento;

4.7.8. Facilidade de acesso às aplicações, que permite criar e compartilhar documentos a partir de qualquer ponto e a qualquer tempo, também por meio de dispositivos móveis;

4.7.9. Pagamento somente pelo que está em utilização;

4.7.10. Independência de dispositivos fixos de trabalho;

4.7.11. Facilidade de migração de ambientes.

4.8. A utilização de uma solução de colaboração, produtividade e comunicação totalmente integrada e compatível tecnologicamente traz como benefício a padronização de procedimentos, melhoria da capacidade produtiva e da eficiência e eficácia dos processos e atividades dos usuários da Justiça Federal da 2ª Região.

4.9. Dessa forma, esta contratação é essencial e de relevante interesse público, pois auxiliará a produtividade, a comunicação e o trabalho em equipe, contribuindo para a eficiência das atividades e consequente melhoria dos resultados do órgão e da prestação jurisdicional.

4.10. A aquisição de licenças do Office Professional visa atender usuários que precisam de recursos avançados do pacote Office que não estão disponíveis nas licenças de uso em nuvem.

4.11. A aquisição de licenças do VISIO Professional visa atender a necessidade de diagramação da sala cofre e mapeamento dos equipamentos nela contidos. A diagramação é importante devido à enorme quantidade de equipamentos e componentes e o modelo serve como mapa para encontrar de forma ágil esses componentes em caso de falha.

4.12. O licenciamento de acesso para clientes (CAL) de softwares de equipamentos servidores fornece aos clientes o direito de acessar, a partir de diferentes dispositivos (DEVICE CAL) ou diferentes usuários (USER CAL) os sistemas operacionais e aplicações instaladas nos servidores. Além disso, garante a conformidade com as regras de licenciamento do fabricante.

5. DOS RESULTADOS / BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- 5.1.** Ambiente operacional atualizado, com mais recursos de administração, garantindo a segurança e a disponibilidade deste ambiente e atendendo à conformidade com as exigências de licenciamento de mesmo nível para os clientes de acesso e os conjuntos de softwares básico e avançado (SO) e dos softwares utilizados pelos usuários finais.
- 5.2.** Disponibilização de moderna plataforma de produtividade que sustentará toda a rotina administrativa e funcional de membros, servidores e magistrados.
- 5.3.** Disponibilização de área de armazenamento de documentos em nuvem com backup.
- 5.4.** Uso de ferramentas de colaboração nos processos de trabalho.
- 5.5.** Maior nível de segurança no ambiente de TI, por força do uso de produtos mais atualizados.

6. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF

6.1. A presente contratação está alinhada com as iniciativas previstas no Plano Estratégico da Justiça Federal — PEJF 2021/2026 — e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal — PETI-JF 2021/2026, mais precisamente em consonância com o Macrodesafio “Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados” e o objetivo estratégico de “Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal, conforme Resolução nº 685 de 2020 do CJF.

7. DA REFERENCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO

7.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) **0983461** e os Estudos Preliminares (artefatos) constantes no Processo SEI nº **0009034-86.2025.4.02.8000**.

8. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

8.1. Para os itens de 01 a 05 e 18 a 24, a estimativa foi baseada na análise das necessidades atuais pela equipe técnica e na quantidade necessária para atendimento do ambiente de infraestrutura da informática da Justiça Federal da 2ª Região, considerando a quantidade de licenças já existentes atualmente e a previsão de acréscimos em função do crescimento natural do ambiente e de novas demandas de TI.

8.2. Para os itens de 06 a 17 e 25, que trata das ferramentas de estação de trabalho, a estimativa foi baseada na quantidade de usuários internos, ou seja, Magistrados, Servidores, Estagiários e Colaboradores terceirizados que utilizam as ferramentas da plataforma Microsoft.

9. DO LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC

9.1. Foram levantadas as duas principais alternativas para atendimento do objeto desta contratação:

9.1.1. Manutenção da solução atual baseada nos produtos e softwares Microsoft, tanto dos equipamentos servidores da infraestrutura de TI, como Windows Server nas versões Standard (básico) e DataCenter (avançado), quanto dos utilizados por usuários finais nas estações de trabalho, como pacote de escritório Office, Power-BI, ou seja, aquisição e renovação de licenças Microsoft.

9.1.2. Substituição das soluções do ambiente atual de TI, que envolveria a adoção do Sistema Operacional LINUX com suas várias distribuições para os equipamentos servidores e adoção/aquisição de ferramentas similares, como Software Livre - LIBRE OFFICE e Google Workspace para as estações de trabalho, ou seja, adoção de softwares públicos ou livres, com funcionalidades equivalentes.

10. DA JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

10.1. O objeto desta contratação visa adquirir licenças de versões mais atuais dos softwares da plataforma

Windows que já se encontram em uso nos equipamentos servidores e nas estações de trabalho das instituições partícipes. Desta forma, enseja-se contemplar a maior compatibilidade possível com os sistemas de TI em operação na 2ª Região que já utilizam essa plataforma, além de permitir o acesso às atualizações de segurança e ao suporte disponibilizado pelo fabricante desses produtos Windows.

10.2. A troca da plataforma de sistema operacional dos equipamentos servidores necessitaria de avaliação técnica minuciosa para cada sistema de TI, de modo a avaliar a viabilidade técnica, os riscos, os impactos, os custos e os prazos para realizar a troca da plataforma Windows. Acrescenta-se ainda que existem uma variedade de distribuições LINUX, cabendo avaliações ainda mais exaustivas e certamente mais dispendiosas se o intuito fosse o da troca da plataforma de sistemas operacionais.

10.3. Em relação às ferramentas em uso nas estações de trabalho, o Tribunal Regional da 2ª Região e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro já possuem domínio e uma cultura sedimentada na utilização produtos Microsoft, além de um acervo de arquivos gerados com os softwares do pacote Office.

10.4. Outro ponto importante é que a solução atual de correio eletrônico é suportada através da infraestrutura própria de servidores alojados em ambiente seguro de alta disponibilidade, utilizando-se o Microsoft Exchange para envio/recebimento de e-mails.

10.5. Diante do exposto, não há como garantir a total compatibilidade do ambiente atual Microsoft com produtos de outros fabricantes similares.

10.6. Destaca-se que licenças de produtos gratuitos podem, inclusive, demandar contratação de serviços especializados, já que não possuem serviço de suporte do fabricante ou o possuem em nível de atuação limitado.

10.7. Assim, a solução proposta para atender à demanda de atualização e aquisição de novas licenças por subscrição e perpétuas, seria a de licenciamento de Software Microsoft nos modelos EAS (Enterprise Agreement Subscription) e EA (Enterprise Agreement).

10.8. Estes modelos de contrato são projetados para organizações que desejam licenciar software e serviços de nuvem por um período mínimo de três anos na modalidade de subscrição (serviços). Porém, permite também a aquisição, em pagamento único, de softwares no modelo de licenciamento perpétuo.

10.9. O Contrato Enterprise oferece economia de 15 a 45% no valor da contratação em relação ao modelo de aquisição por itens MPSA (Contrato de produtos e serviços da Microsoft) além da flexibilidade no pagamento, pois permite o parcelamento em três vezes anuais em vez de um único pagamento inicial.

10.10. Recentemente a Administração Pública Federal realizou contratos na modalidade Enterprise com pagamento anual. Isso ajuda a reduzir custos iniciais e ajuda a prever o orçamento anual de necessidades de software com até três anos de antecedência.

10.11. Além deste ponto, cabe destacar também o Acordo Corporativo firmado em Microsoft e Secretaria de Governo Digital – SGD, o qual garante um desconto exclusivo para contratações na Administração Pública Federal nesta modalidade contratual.

10.12. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região aderiu a este Acordo Corporativo firmado entre a Microsoft e a Secretaria de Governo Digital – SGD.

10.13. A modalidade de contratação EAS, também fornece flexibilidade na adequação de quantitativos do contrato, pois, durante o período do Contrato Enterprise, é possível adicionar e ajustar quantidade, tipo de licenças de produtos e serviços, a qualquer momento sem ter que colocar ordens de compra individuais, ajustando esses quantitativos, apenas, no aniversário do contrato.

11. DA NATUREZA DO OBJETO

11.1. O objeto não é de natureza continuada, exceto o item 15 (Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric), pois refere-se a serviços de natureza continuada com pagamento mensal.

12. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

12.1. A adjudicação do objeto a ser licitado não será global. Poderão ser adjudicados a diferentes fornecedores.

13. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

13.1. Verifica-se que os softwares desta contratação são oferecidos por diversos fornecedores no mercado de TIC e apresentam características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o objeto da contratação é comum e, portanto, sugere-se como melhor opção a utilização da modalidade “Pregão” sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço” para formação de Registro de Preço e eventual aquisição.

14. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

14.1. A CONTRATADA deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante a CONTRATANTE, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.

14.2. Tendo em vista se tratar da aquisição de software, essa contratação não acarretará impacto ambiental, pois são produtos exclusivamente digitais e intelectuais, que não empregam recursos ambientais na sua execução.

14.3. Licenciamento digital: A entrega e ativação das licenças deve ser feita preferencialmente por meio eletrônico (sem uso de mídia física), reduzindo resíduos sólidos.

14.4. Atualizações e suporte: As licenças devem incluir atualizações regulares que melhorem a segurança e a eficiência energética dos dispositivos em que são executadas.

14.5. Devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

15. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

15.1. O manuseio dos softwares deve estar de acordo com a Política de Utilização de Recursos de TI (TRF2-PTP-2014/00432).

16. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

16.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;

16.1.1. A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante fornece ou forneceu licenças de softwares Microsoft.

16.1.1.1. Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

16.1.2. No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

16.2. Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

16.2.1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de

natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

16.2.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

16.3. A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

17. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

17.1. Requisitos gerais:

17.1.1. Todas as licenças (por subscrição, perpétua e/ou por Software Assurance) deverão acompanhar garantia durante toda a vigência do contrato, e deverá ser permitida a atualização para as versões mais recentes dos softwares, imediatamente após, seus lançamentos.

17.1.2. Os softwares de utilização pelos usuários finais devem manter a interface no idioma Português (BR), preferencialmente.

17.1.3. A empresa contratada deverá executar os serviços de computação em nuvem, objeto da contratação, em território nacional, o que inclui armazenar os dados e informações do Contratante em datacenters instalados fisicamente no Brasil, incluindo replicação e cópias de segurança (backups), conforme disposto na Norma Complementar nº 14/IN01/DSIC/SCS/GSIPR, de modo que o Contratante disponha de todas as garantias da legislação brasileira, enquanto tomadora do serviço.

17.1.4. A Solução contratada deverá fornecer suporte ao tratamento de dados pessoais, conforme preconiza a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

17.1.5. Todos os padrões, especificações, certificações ou definições utilizadas neste documento deverão ser considerados como o mínimo necessário, podendo ser atendidos por versões mais atuais, desde que contenham todos os recursos e requisitos das versões aqui citadas.

17.2. Do serviço de suporte técnico, manutenção e garantia:

17.2.1. Deverá ser fornecido, pelo período da subscrição ou do Software Assurance, durante toda a vigência contratual, serviço de suporte técnico e manutenção, com o objetivo de manter os softwares adquiridos em perfeito funcionamento.

17.2.2. O suporte técnico deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em português.

17.2.3. Os serviços serão solicitados pelo CONTRATANTE mediante abertura de chamado junto à CONTRATADA, caso o fabricante não reserve para si a responsabilidade pelo atendimento, via chamada telefônica local ou gratuita, e-mail ou sítio na Internet.

17.2.4. Os atendimentos poderão ser realizados remotamente (via Internet, telefone ou e-mail) ou presencialmente, se necessário e em acordo com o CONTRATANTE.

17.2.5. Não haverá limite de quantidade de chamados durante a vigência do contrato.

17.2.6. Todos chamados deverão ser tratados em língua portuguesa do Brasil.

17.2.7. A CONTRATADA deverá garantir junto a fabricante o suporte completo a todos os Softwares e serviços contratados, durante toda a vigência do contrato.

17.2.8. O escopo dos chamados de suporte deverá contemplar, no mínimo, o seguinte:

17.2.8.1. Dúvidas operacionais e resolução de problemas referentes às licenças de Software adquiridas.

17.2.8.2. Problemas no acesso ao portal de gerenciamento das licenças.

17.2.8.3. Esclarecimento de questões referentes ao faturamento ou licenciamento dos produtos.

17.2.8.4. Esclarecimento de questões referentes ao contrato de licenciamento Microsoft.

17.2.8.5. Apoio, junto ao fabricante, caso necessário, para a correção de problemas de configuração, funcionamento e utilização da solução ofertada.

17.2.8.6. Apoio, junto ao fabricante, caso necessário, para manutenção e atualização da solução ofertada - atualização de versão, patches de correção, fixes, updates, service packs, vulnerabilidades de segurança, novos releases, builds, upgrades incluindo versões não sucessivas.

17.2.9. O CONTRATANTE poderá atribuir ao chamado o nível de severidade de acordo com a avaliação do tipo do problema e do impacto.

17.2.10. A CONTRATADA deverá prestar atendimento, conforme o nível de severidade de cada chamado e dentro dos tempos de resposta definidos abaixo:

Nível de severidade	Definição	Tempo de resposta
Crítico	Um ou mais serviços estão indisponíveis. Há um grave impacto sobre a produção ou as atividades da instituição. Vários usuários ou serviços são afetados.	Até 1 (uma) hora.
Normal	O serviço pode ser usado, mas com limitações. A situação tem impacto operacional moderado e pode ser tratada em horário comercial. Um único usuário ou serviço é afetado.	Até 24 (vinte e quatro) horas.
Baixo	Impacto operacional mínimo, sem indisponibilidade do serviço e sem comprometimento de funcionalidades. Existe uma solução alternativa aceitável.	Até 5 (cinco) dias úteis.

18. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

18.1. O prazo de entrega será de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos a partir do dia útil seguinte a assinatura do contrato/recebimento da nota de empenho.

18.2. A entrega deverá ser realizada por e-mail da seguinte forma:

18.2.1. TRF2: licenciamento@trf2.jus.br

18.2.2. SJRJ: licenciamento@jfrj.jus.br

18.3. Nas mensagens eletrônicas deverão constar, além dos dados requeridos para o licenciamento/subscrição no site do fabricante:

18.3.1. Cópia da(s) nota(s) fiscal(is);

18.3.2. Os procedimentos a serem adotados para ativação das licenças;

18.3.3. O telefone e/ou e-mail de contato para suporte ao procedimento;

18.3.4. A forma de comprovação junto ao site do fabricante dos itens fornecidos com suas descrições, respectivos part-numbers e quantitativos em nome do Contratante e com suporte se for o caso.

18.4. Devido à existência de filtros anti-spam, recomenda-se o uso de confirmação de entrega e leitura.

18.5. Caso não ocorra confirmação do recebimento de mensagem no prazo de 24 horas, a CONTRATADA deverá entrar em contato com a equipe de gestão do contrato.

18.6. O suporte ao procedimento de ativação poderá ser realizado remotamente.

18.7. As licenças adquiridas deverão ser disponibilizadas em sua versão mais atual, exceto nos itens em que for especificado de forma distinta. Em caso de mudança de nomenclatura deverá estar especificado na proposta técnica o nome anterior e o atual.

18.8. As licenças devem estar disponíveis em ambiente Web, durante toda a vigência contratual, de tal forma que os downloads sejam liberados para a equipe de gestão do contrato.

18.9. O fornecedor deverá informar o site e os procedimentos de download direto do fabricante, quando cabível.

19. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

19.1. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação. O prazo em todas as etapas tem como referência inicial o fim da etapa anterior:

Etapas	Descrição	Prazo
01	Entrega dos softwares	O prazo de entrega será de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos a partir do dia útil seguinte à assinatura do contrato pelo contratante/recebimento da nota de empenho.
02	Recebimento provisório do objeto	Imediatamente depois de efetuada a entrega dos softwares.
03	Recebimento definitivo do objeto	Até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1. Prestar informações e esclarecimentos à CONTRATADA, necessários ao cumprimento do objeto deste contrato.

20.2. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento objeto deste contrato, determinado, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas, fixando prazo para a sua correção.

20.3. Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto desta contratação.

20.4. Recusar o recebimento do software, material ou serviço que não esteja em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.

20.5. Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação pela CONTRATADA.

20.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de suas propostas.

20.7. Demais deveres e responsabilidades previstas no edital.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Executar os serviços e fornecer as licenças conforme especificações desse Termo de Referência e de sua proposta comercial, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer as licenças e serviços, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta comercial.

21.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo

fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

21.3. Responder por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

21.4. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos objetos contratados, prestando todos os esclarecimentos eventualmente solicitados pela contratante, obedecendo aos parâmetros e rotinas estabelecidos de acordo com as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes.

21.5. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

21.6. As especificações descritas ao longo do Termo de Referência representam os requisitos essenciais exigidos pelo CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA fornecer todos os componentes necessários para que elas sejam atendidas, sem exceção.

21.7. A CONTRATADA poderá fornecer itens com características adicionais e até mesmo superiores, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas e se mantenha a compatibilidade da solução. Tal mudança deverá ser solicitada à CONTRATANTE e deverá contar com a anuência da mesma.

21.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

21.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

21.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

21.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

21.12. Atender às solicitações dos membros da Equipe de Gestão do Contrato inerentes às obrigações contratuais e/ou à prestação e/ou à gestão dos serviços.

21.13. Comunicar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato todas as ocorrências anormais ou de comprometimento à execução do Contrato, bem como qualquer ocorrência relevante à execução contratual.

21.14. Observar todas as normas de segurança adotadas pela CONTRATANTE, inclusive no que diz respeito às normas referentes ao ambiente informatizado;

21.15. Cumprir as disposições do Termo de Compromisso de Sigilo.

21.16. Assegurar a disponibilidade, confidencialidade e integridade dos dados, informações e sistemas informatizados, inclusive de todas as suas alterações, manuais, programas fonte e objeto, bases de dados ou outros recursos, pertencentes ao CONTRATANTE, armazenados ou residentes na CONTRATADA.

21.17. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.

21.18. Registrar todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE para acompanhamento e controle da execução dos serviços e do fornecimento das licenças;

21.19. Disponibilizar para download, durante o prazo de manutenção e suporte técnico, todas as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança, de funcionalidades, novas versões dos Softwares, sistemas operacionais e releases referentes às licenças fornecidas, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da atualização ou releases.

21.20. A Contratada não poderá divulgar projetos, serviços e soluções de TIC do Contratante, nem falar em nome do Contratante em nenhum tipo de mídia sem prévia autorização.

21.21. Não disponibilizar qualquer informação de propriedade do Contratante, por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade, sem a prévia anuência expressa.

22. DOS PAPEIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO

22.1. Gestor: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;

22.2. Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área requisitante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;

22.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;

22.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;

22.5. Preposto: funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

23. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

23.1. As solicitações de fornecimento serão feitas de acordo com as necessidades e conveniências do CONTRATANTE, mediante emissão de instrumento contratual/nota de empenho.

24. DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE)

24.1. Conforme os subitens 17.2.9 e 17.2.10.

25. DA APLICAÇÃO DE GLOSAS

25.1. Não se aplica.

26. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

26.1. Sempre que se exigir, a comunicação entre o representante da CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

26.2. Para abertura de chamados de suporte técnico e garantia, deverá ser permitido o acesso direto à empresa fabricante do software, através de ligação gratuita ou de forma eletrônica, sem limitação para o número de chamados, caso seja necessário suporte do software ou solução de problemas que impliquem em desenvolvimento de correções (patches).

27. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

27.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

27.1.1. Provisoriamente – pelo Fiscal Técnico, mencionado no item 27.6, imediatamente depois de

efetuada a entrega do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.

27.1.2. Definitivamente – Pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

27.1.2.1. O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

27.2. Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

27.3. Se, após o recebimento provisório, for constatado que o serviço está em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

27.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF da 2ª Região, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

27.5. O aceite/aprovação do(s) serviço(s) pelo TRF da 2ª Região não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade do(s) serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF da 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990.

27.6. O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

28. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

28.1. As condições de pagamento encontram-se detalhadas no item relacionado do Edital.

29. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

29.1. A Contratante nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 29 da Instrução Normativa nº 94/2022/SGD/ME, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

29.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

29.2.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

29.2.2. Ordenar à CONTRATADA que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

29.2.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados.

29.3. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais.

29.4. A CONTRATADA se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do TRF2, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;

29.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização do TRF2 serão comunicadas por escrito à

CONTRATADA, para sua pronta correção ou adequação.

30. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

30.1. Em relação aos itens desta contratação não haverá a transferência de conhecimento, pois se trata de eventual fornecimento de licenciamento de software.

31. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

31.1. Os produtos e marcas descritos nos itens desta contratação permanecem sob a titularidade de seus fabricantes/distribuidores por toda a extensão do período de duração do contrato nos termos da Lei nº 9.610/98.

32. DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

32.1. Os profissionais da CONTRATADA deverão apresentar a qualificação técnica necessária ao fiel cumprimento dos serviços contidos neste Termo de Referência.

33. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

33.1. Conforme o Edital.

34. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS

34.1. Os softwares fornecidos deverão possuir garantia do fabricante, incluindo suporte técnico, e será conforme a vigência da subscrição ou Software Assurance (SA), contados a partir da data de recebimento definitivo.

34.2. A garantia de atualização de versão dos produtos será prestada durante toda a vigência contratual.

34.3. Demais garantias exigidas no edital.

35. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

35.1. O prazo de vigência do contrato terá início no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato pelo Contratante, estendendo-se até a data de término da vigência da subscrição das licenças adquiridas ou do suporte (*software assurance*) para os licenciamentos perpétuos.

36. DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

36.1. Conforme planilha de pesquisa de preços.

37. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

37.1. As despesas decorrentes da aquisição das licenças, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

37.2. O pagamento referente ao Item 15 será efetuado mensalmente.

37.3. O pagamento referente aos demais itens será realizado em parcela única com valor proporcional ao quantitativo e preço do respectivo item.

Itens	Fonte Pagadora	PTR	Classificação da Despesa
-------	----------------	-----	--------------------------

01	TRF2, SJRJ	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
02	TRF2, SJRJ	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
03	TRF2, SJRJ	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
04	TRF2, SJRJ	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
05	TRF2, SJRJ	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
06	TRF2, SJRJ	AI	33.90.40.06 – locação de softwares
07	TRF2, SJRJ	AI	33.90.40.06 – locação de softwares
08	TRF2, SJRJ	AI	33.90.40.06 – locação de softwares
09	TRF2, SJRJ	AI	33.90.40.06 – locação de softwares
10	TRF2, SJRJ	AI	33.90.40.06 – locação de softwares
11	TRF2, SJRJ	AI	33.90.40.06 – locação de softwares
12	TRF2, SJRJ	AI	33.90.40.06 – locação de softwares
13	TRF2, SJRJ	AI	33.90.40.06 – locação de softwares
14	TRF2, SJRJ	AI	33.90.40.06 – locação de softwares
15	TRF2	AI	33.90.40.06 – locação de softwares
16	TRF2	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
17	TRF2	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
18	TRF2	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
19	TRF2	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
20	TRF2	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
21	TRF2, SJRJ	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
22	TRF2, SJRJ	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
23	TRF2, SJRJ	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
24	TRF2, SJRJ	AI	44.90.40.05 – Aquisição de software pronto
25	TRF2, SJRJ	AI	33.90.40.06 – locação de softwares

38. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

38.1. A CONTRATADA não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes ao objeto contratado, a menos que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE.

38.2. A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao objeto contratado, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do CONTRATANTE.

38.3. A contratada deverá entregar, quando da assinatura do contrato, Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada.

39. MATRIZ DE RISCOS

Identificação e Análise dos Principais Riscos

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

Id	Risco	Relacionado ao(à): ¹	P ²	I ³	NR (P x I) ⁴
1	Atraso no trâmite do processo de contratação.	Planejamento da Contratação	3	4	12
2	Licitação deserta ou fracassada.	Execução da contratação	2	5	10
3	Indisponibilidade de recurso orçamentário.	Planejamento da Contratação	3	4	12
4	Estabelecimento de critérios que limitem a competitividade.	Planejamento da Contratação	3	3	9
5	Licitação impugnada.	Execução da contratação	3	4	12
6	Atraso na entrega.	Execução da contratação	3	4	12

Legenda: P – Probabilidade; I – Impacto.

¹ *A qual natureza o risco está associado: fases do Processo da Contratação ou Solução Tecnológica.*

² *Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos (ISO/IEC 31000).*

³ *Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000:2009).*

⁴ *Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000:2009).*

As probabilidades e Impactos são inicialmente definidos no item 3 – Avaliação e Tratamento dos Riscos Identificados e transferidos para a tabela acima para o cálculo dos níveis de risco.

40. APROVAÇÃO E ASSINATURA

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria **SEI DG/TRF2 Nº 213, DE 14 DE MAIO DE 2025**.

PAPEL	NOME	MATRÍCULA	SETOR
Integrante Requisitante (titular):	Pergentino Joaquim Alves Neto	T212049	SITI
Integrante Requisitante (suplente):	Marcus Vinicius do Patrocínio Azevedo	T211728	SITI
Integrante Requisitante (titular):	Maria Lúcia Gonçalves Coelho Carnaval	T212047	DISUS
Integrante Requisitante (suplente):	Terezinha Regina Frydman	T212034	DISUS
Integrante Técnico (titular):	Fábio Miranda de Oliveira	T211254	SITI/COOITI
Integrante Técnico (suplente):	Gelson Guedes Rodrigues	T212562	SITI/COOITI

Integrante Técnico (titular):	Marcus Vinicius do Patrocínio Azevedo	T211728	SITI/DIREM
Integrante Técnico (suplente):	Pergentino Joaquim Alves Neto	T212049	SITI/DIREM
Integrante Técnico (titular):	José Bernardo de Figueiredo Ciríaco	T212071	DISUS/SETECD
Integrante Técnico (suplente):	Carlos Alexandre Ferreira Ribeiro	T212054	DISUS/SETECD
Integrante Administrativo (titular):	Gabriel de Farias Antunes	T211833	DIMAT/SEREGI
Integrante Administrativo (suplente):	Leonardo Pastro Vieira	T211795	DIMAT/SALMOX



Documento assinado eletronicamente por **PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO**, **Diretor de Subsecretaria**, em 26/01/2026, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA LÚCIA GONÇALVES COELHO CARNAVAL**, **Diretora**, em 26/01/2026, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS DO PATROCINIO AZEVEDO**, **Diretor**, em 26/01/2026, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GELSON GUEDES RODRIGUES**, **Técnico Judiciário**, em 26/01/2026, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL DE FARIAS ANTUNES**, **Técnico Judiciário**, em 26/01/2026, às 14:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ BERNARDO DE FIGUEIREDO CIRIACO**, **Supervisor**, em 26/01/2026, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1560402** e o código CRC **62F0936A**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO II - Planilha de Preços

PE XX-25

0009034-86.2025.4.02.8000

0009034-86.2025.4.02.8000

ITEM	DESCRIÇÃO	ID SGD / ID Micros	Quantidade			PREÇOS	
			TRF2	SJRJ	Total	UNIT(R\$)	TOTAL(R\$)

1	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA DCAL WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 12 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1352 ID. Microsoft W06-00022</p>	1.718	3.277	4.995	R\$ 493,16	R\$ 2.463.334,20

2	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA UCAL WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS 12 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 12 meses-adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID SGD MS.5.0-A1364 ID. Microsoft W06-00445</p>	111	444	555	R\$ 772,23	R\$ 428.587,65

3	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para desktop Visio Professional ALng LSA VISIO PROFESSIONAL MS.5.0- A0537 ID. Microsoft D87-01057</p> <p>(Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance de 12 meses) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>MS.5.0- A0537 ID. Microsoft D87-01057</p>	15	0	15	<p>R\$ 2.014,66</p>	<p>R\$ 30.219,90</p>

4	<p>Descrição: Licenciamento de software para servidor</p> <p>Descrição Complementar: Licença de software servidor Exchange Server Enterprise ALng LSA com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0237 ID. Microsoft 395-02412</p>	2	3	5	R\$ 15.062,62	R\$ 75.313,10

5	<p>Descrição: Licenciamento de software para usuário</p> <p>Descrição Complementar: Licença de software de usuário Exchange Ent CAL ALng LSA User CAL com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0227 ID. Microsoft PGI-00268</p>	3.700	8.000	11.700	R\$ 331,83	R\$ 3.882.411,00

6	Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software O365 E1 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1588 ID. Microsoft T6A-00024	216	510	726	R\$ 513,24	R\$ 372.612,24

7	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software O365 E1 Existing Customer Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses). SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1588</p> <p>ID. Microsoft T6A-00024</p>	216	510	726	R\$ 1.026,48	R\$ 745.224,48

8	Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software O365 E1 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1588 ID. Microsoft T6A-00024	72	170	242	R\$ 1.539,72	R\$ 372.612,24

9	Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software O365 E3 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1616 ID. Microsoft AAA-10842	318	423	741	R\$ 1.557,24	R\$ 1.153.914,84

10	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software O365 E3 Existing Customer Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses). SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS-5.0-A1616 ID. Microsoft AAA-10842</p>	318	423	741	R\$ 3.114,48	R\$ 2.307.829,68

11	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software O365 E3 Existing Customer Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses). SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1616</p> <p>ID. Microsoft AAA-10842</p>	106	106	212	R\$ 4.671,72	R\$ 990.404,64
12	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software Entra ID P1 Sub Per User</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses). SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1027</p> <p>ID. Microsoft 3R2-00002</p>	534	933	1.467	R\$ 272,64	R\$ 399.962,88

13	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software Entra ID P1 Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses). SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1027 ID. Microsoft 3R2-00002</p>	534	933	1.467	R\$ 545,28	R\$ 799.925,76
14	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software Entra ID P1 Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses). SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1027 ID. Microsoft 3R2-00002</p>	178	276	454	R\$ 817,92	R\$ 371.335,68

15	<p>Descrição: Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric SKU:F64 + Armazenamento OneLake 1000Gb</p> <p>Descrição Complementar: Acesso à Plataforma Azure PrePayment para uso do MICROSOFT FABRIC F64 com reserva mensal Adiantado pelo período de 12 meses. + Armazenamento Onelake Storage de 1000Gb por 12 meses SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. Microsoft 66K-00001</p>	70 (créditos)	0	70	R\$ 8.132,69	R\$ 569.288,30

16	<p>Descrição: Licenciamento de software para servidor Win Remote Desktop Services CAL ALng LSA UCAL</p> <p>Descrição Complementar: Windows Remote Desktop Server per User Client Access com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com Suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0614 ID. Microsoft 6VC-01252</p>	300	0	300	R\$ 500,28	R\$ 150.084,00

17	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software Office Professional Plus ALng LSA</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Office Professional Plus - (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos, com Software Assurance de 12 meses) no idioma Português e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1423 ID. Microsoft 269-05623</p>	2000	3400	5.400	R\$ 2.073,08	R\$ 11.194.632,00

18	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft ID. SGD SQL MS.4.0-A0416 Server Enterprise ID. (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 12 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 15091</p>	<p>ID. SGD MS.4.0-A0416 ID. Microsoft 7JQ-00341</p>	40	0	40	R\$ 84.216,37	R\$ 3.368.654,80

19	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft ID. SGD SQL MS.5.0-A0416 Server Enterprise ID. (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 24 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 150191</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0416 ID. Microsoft 7JQ-00341</p>	40	0	40	<p>R\$ 128.104,20</p>	<p>R\$ 5.124.168,00</p>

20	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft ID. SGD SQL Server Enterprise ID. (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 36 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 150191</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0416 ID. Microsoft 7JQ-00341</p>	40	0	40	<p>R\$ 151.394,40</p>	<p>R\$ 6.055.776,00</p>

21	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA DCAL</p> <p>Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 24 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 24 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-MOS2</p> <p>ID. Microsoft W06-00022</p>	1718	3277	4.995	R\$ 1.064,03	R\$ 5.314.829,85

22	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA DCAL</p> <p>Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 36 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 36 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-MOS2</p> <p>ID. Microsoft W06-00022</p>	1718	3277	4.995	R\$ 1.455,21	R\$ 7.268.773,95

23	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA UCAL</p> <p>Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS MS.5.0-24 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 24 meses-adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID SGD MS.5.0-A1364</p> <p>ID. Microsoft W06-00445</p>	111	444	555	R\$ 1.610,62	R\$ 893.894,10

24	<p>Descrição: Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA UCAL</p> <p>Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS 36 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 36 meses-adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID SGD MS.5.0-A1364</p> <p>ID. Microsoft W06-00445</p>	111	444	555	R\$ 2.178,15	R\$ 1.208.873,25

25	Power BI Pro - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 meses	ID SGD MS.5.0-A1173 ID. Microsoft NK4-00002	16	24	40	R\$ 896,41	R\$ 35.856,40
						TOTAL:	R\$ 55.578.518,94



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA SOARES ALVES**, Assessora em exercício, em 15/01/2026, às 15:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1521558** e o código CRC **C8065828**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP

(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202__

Proc. nº _____

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

EMPRESA:

DATA:

ASSINATURA:



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA SOARES ALVES**, Assessora em exercício, em 15/01/2026, às 15:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1521895** e o código CRC **8DB4C278**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202_

Proc. nº _____

DECLARA, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome: Parentesco: Órgão: CC* MPJ*

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA SOARES ALVES, Assessora em exercício**, em 15/01/2026, às 15:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1521898** e o código CRC **3F09C7DB**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

MINUTA TRF2 1516499

<i>*MINUTA</i>	<i>MINUTA*</i>	<i>MINUTA*</i>
----------------	----------------	----------------

Proc. Adm. SEI nº [0009034-86.2025.4.02.8000](#)

Pregão Eletrônico/SRP N.º _____

O **Tribunal Regional Federal da 2.ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho**, doravante denominado simplesmente **TRF 2ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SRP N.º _____**, homologado em __/__/__, através da Decisão nº _____ do Processo Administrativo SEI nº 0009034-86.2025.4.02.8000, **RESOLVE** registrar o preço da empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º _____, estabelecida _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o(s) item(ns)/lote(s), atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição e renovação de licenças de softwares Microsoft, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como participante, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência - Anexo I do edital do Pregão Eletrônico SRP n.º _____, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante classificada para o(s) item(ns)/ lote(s), independentemente de transcrição, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º [0009034-86.2025.4.02.8000](#).

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01(um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do TRF - 2ª RG, desde que comprovado que o preço é vantajoso;
- 2.2. Este instrumento não obriga o TRF 2ª RG a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 3.1. A administração desta Ata caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI do TRF-2ª Região.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:

4.1. O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões), o(s) quantitativo(s), a(s) empresa(s) fornecedora(s) e representante(s) legal(is) encontram-se enunciados na presente Ata.

ITEM	DESCRIÇÃO	ID SGD / ID Microsoft	Quant. TRF	Quant. SJRJ	Quant. TOTAL	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA DCAL WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 12 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464	SID. SGD MS.5.0-A1352 ID. Microsoft W06-00022	1.718	3.277	4.995		

2	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA UCAL WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS 12 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 12 meses-adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID SGD MS.5.0-A1364 ID. Microsoft W06-00445</p>	111	444	555		
3	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para desktop Visio Professsional ALng LSA VISIO PROFESSIONAL 12 meses (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance de 12 meses) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>AID. SGD MS.5.0-A0537 ID. Microsoft D87-01057</p>	15	0	15		

4	<p>Licenciamento de software para servidor</p> <p>Descrição Complementar:</p> <p>Licença de software servidor Exchange Server Enterprise ALng LSA com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27502</p>	ID. SGD MS.5.0-A0237 ID. Microsoft 395-02412	2	3	5		
5	<p>Licenciamento de software para usuário</p> <p>Descrição Complementar:</p> <p>Licença de software de usuário Exchange Ent CAL ALng LSA User CAL com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27502</p>	ID. SGD MS.5.0-A0227 ID. Microsoft PGI-00268	3.700	8.000	11.700		

6	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E1 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1588 ID. Microsoft T6A-00024	216	510	726		
7	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E1 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1588 ID. Microsoft T6A-00024	216	510	726		

8	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E1 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1588 ID. Microsoft T6A-00024	72	170	242		
9	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E3 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1616 ID. Microsoft AAA-10842	318	423	741		

10	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E3 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1616 ID. Microsoft AAA-10842	318	423	741		
11	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E3 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1616 ID. Microsoft AAA-10842	106	106	212		

12	Licenciamento de direitos de uso de software Entra ID P1 Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1027 ID. Microsoft 3R2-00002	534	933	1.467		
13	Licenciamento de direitos de uso de software Entra ID P1 Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1027 ID. Microsoft 3R2-00002	534	933	1.467		
14	Licenciamento de direitos de uso de software Entra ID P1 Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1027 ID. Microsoft 3R2-00002	178	276	454		

15	<p>Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric SKU:F64 + Armazenamento OneLake 1000Gb</p> <p>Descrição Complementar: Acesso à Plataforma Azure PrePayment para uso do MICROSOFT FABRIC F64 com reserva mensal Adiantado pelo período de 12 meses. + Armazenamento Onelake Storage de 1000Gb por 12 meses SIASG (CATSER): 27502</p>	ID. Microsoft 6QK-00001	70 (créditos mensais)	0	70 (créditos mensais)		
----	--	-------------------------	-----------------------	---	-----------------------	--	--

16	<p>Licenciamento de software para servidor Win Remote Desktop Services CAL ALng LSA UCAL</p> <p>Descrição Complementar: Windows Remote Desktop Server per User Client Access com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com Suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0614 ID. Microsoft 6VC-01252</p>	300	0	300		
----	--	---	-----	---	-----	--	--

17	<p>Licenciamento de direitos de uso de software Office Professional Plus ALng LSA</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft Office Professional Plus - (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos, com Software Assurance de 12 meses) no idioma Português e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	ID. SGD MS.5.0-A1423 ID. Microsoft 269-05623	2000	3400	5.400		
18	<p>Licenciamento de direitos de uso de software SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L</p> <p>Descrição Complementar: Microsoft SQL Server Enterprise (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 12 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 15091</p>	ID. SGD MS.4.0-A0416 ID. Microsoft 7JQ-00341	40	0	40		

19	Licenciamento de direitos de uso de software SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L Descrição Complementar: Microsoft SQL Server Enterprise (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 24 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 150191	ID. SGD MS.5.0-A0418 ID. Microsoft 7JQ-00341	40	0	40		
20	Licenciamento de direitos de uso de software SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L Descrição Complementar: Microsoft SQL Server Enterprise (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 36 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 150191	ID. SGD MS.5.0-A0417 ID. Microsoft 7JQ-00341	40	0	40		

21	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA DCAL</p> <p>Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 24 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 24 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD SMS.5.0-A1354 ID. Microsoft W06-00022</p>	1718	3277	4.995		
----	--	--	------	------	-------	--	--

22	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA DCAL</p> <p>Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 36 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 36 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD SMS.5.0-A1353 ID. Microsoft W06-00022</p>	1718	3277	4.995		
----	--	--	------	------	-------	--	--

23	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA UCAL</p> <p>Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS 24 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 24 meses-adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID SGD MS.5.0-A1366 ID. Microsoft W06-00445</p>	111	444	555		
----	---	--	-----	-----	-----	--	--

24	Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA UCAL Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS 36 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 36 meses-adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464	ID SGD MS.5.0-A1365 ID. Microsoft W06-00445	111	444	555		
25	Power BI Pro - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 meses	ID. SGD MS.5.0-A1173 ID. Microsoft NK4-00002	16	24	40		
TOTAL:							

4.2. Valor total registrado: **R\$** _____ (_____);

4.3. A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes aos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;

4.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços;

4.5. O FORNECEDOR deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012;

4.6. O FORNECEDOR deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Ética da Justiça Federal da 2ª Região, nos termos da Resolução nº 21 do TRF 2ª Região, de 16/12/2024;

4.7. DA ENTREGA:

4.7.1. A entrega deverá ser realizada por *e-mail* da seguinte forma:

4.7.1.1. TRF2: licenciamento@trf2.jus.br

4.7.1.2. SJRJ: licenciamento@jfrj.jus.br

4.7.1.3. Nas mensagens eletrônicas deverão constar, além dos dados requeridos para o licenciamento/subscrição no site do fabricante:

4.7.1.3.1. Cópia da(s) nota(s) fiscal(is);

4.7.1.3.2. Os procedimentos a serem adotados para ativação das licenças;

4.7.1.3.3. O telefone e/ou e-mail de contato para suporte ao procedimento;

4.7.1.3.4. A forma de comprovação junto ao site do fabricante dos itens fornecidos com suas descrições, respectivos part-numbers e quantitativos em nome do Contratante e com suporte se for o caso.

4.7.1.4. Devido à existência de filtros anti-spam, recomenda-se o uso de confirmação de entrega e leitura.

4.7.1.5. Caso não ocorra confirmação do recebimento de mensagem no prazo de 24 horas, a CONTRATADA deverá entrar em contato com a equipe de gestão do contrato.

4.7.1.6. O suporte ao procedimento de ativação poderá ser realizado remotamente.

4.7.1.7. As licenças adquiridas deverão ser disponibilizadas em sua versão mais atual, exceto nos itens em que for especificado de forma distinta. Em caso de mudança de nomenclatura deverá estar especificado na proposta técnica o nome anterior e o atual.

4.7.1.8. As licenças devem estar disponíveis em ambiente Web, durante toda a vigência contratual, de tal forma que os downloads sejam liberados para a equipe de gestão do contrato.

4.7.1.9. O fornecedor deverá informar o site e os procedimentos de download direto do fabricante, quando cabível.

4.8. O prazo de entrega será de _____ dias corridos *[no máximo, 15 (quinze) dias corridos, conforme proposta]*, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato pelo Contratante.

2.4. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

2.4.1. O Cronograma de Execução da contratação seguirá o disposto no item 19 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.4.2. As etapas de execução desta contratação, cujos prazos têm como referência inicial o fim da etapa anterior, constam da tabela abaixo:

Etapa	Descrição	Prazo
01	Entrega dos softwares	O prazo de entrega será de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos a partir do dia útil seguinte à assinatura do contrato pelo contratante/recebimento da nota de empenho.
02	Recebimento provisório do objeto	Imediatamente depois de efetuada a entrega dos softwares.
03	Recebimento definitivo do objeto	Até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

2.5. Do Órgão Gerenciador e do Órgão Participante:

2.5.1. DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2)

CNPJ: 32.243.347/0001-51

Rua Acre, 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20081-000

SITE: www.trf2.jus.br

Seção de Licitações: (21) 2282-8016 / 8682 (12 às 17h)

E-mail: cpl@trf2.jus.br

2.5.2. DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (SJRJ)

CNPJ: 05.424.540/0001-16

Av. Almirante Barroso, 78, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20040-009

Site: www.jfrj.jus.br

Seção de Licitações: Fone (21) 3218-9767 / 9868 (12 às 17h)

E-mail: licitacoes@jfrj.jus.br

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. O FORNECEDOR registrado terá seu registro cancelado, de acordo como estabelecido no subitem 14.3 do Edital, nas seguintes situações:

5.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

5.1.2. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de alteração, nos termos do artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462/2023;

5.1.4. Sofrer sanção prevista no artigo 156, incisos III ou IV, da Lei nº 14.133/2021;

5.1.4.1. Caso a penalidade não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o Órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

5.2. O cancelamento do registro do FORNECEDOR será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

5.3. Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR, o Órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação;

5.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão gerenciador nesta Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

5.4.1. Existência de razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

5.4.2. A pedido do FORNECEDOR, mediante comprovação de que está impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata, devido à ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

5.4.3. Ausência de êxito nas negociações para adequação do preço registrado ao preço praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26, §3º, e do artigo 27, §4º, do Decreto nº 11.462/2023;

5.5. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o FORNECEDOR será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata;

5.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento dos serviços.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1. O TRF 2ª RG fará as aquisições mediante emissão da solicitação de fornecimento e de Contrato específico, celebrado de acordo com os produtos/serviços e quantidades constantes na referida solicitação;

6.2. A contratação será sempre representada pelo Contrato, sendo a celebração formalizada por meio de encaminhamento, ao FORNECEDOR com preço registrado na Ata de Registro de Preços, de Contrato, via *e-mail* ou ofício, devendo, nesses casos, ser acusado o seu recebimento pelo FORNECEDOR;

6.3. O FORNECEDOR se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1. Os Órgãos da Administração Pública Federal que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir a esta Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

7.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.3. Prévia consulta e aceitação do Órgão ou entidade gerenciadora e do FORNECEDOR;

7.1.3.1. Eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo FORNECEDOR, conforme subitem 7.4;

7.2. O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, por Órgão da Administração Pública Federal, a 50% (*cinquenta por cento*) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes;

7.3. O limite global de adesões a esta ata de registro de preços, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os Órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de Órgãos da Administração Pública Federal não participantes que aderirem, nos termos do artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 32, caput, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023;

7.3.1. O limite referenciado no subitem 7.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, § 2º, do Decreto nº 11.462/2023;

7.4. Os Órgãos da Administração Pública Federal que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao Órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do FORNECEDOR, nos termos do subitem 7.1.3;

7.5. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão gerenciador e os Órgãos participantes;

7.5.1. A concordância do FORNECEDOR beneficiário desta Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF - 2ª RG;

7.6. Ao Órgão da Administração Pública Federal não participante que aderir a esta Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo FORNECEDOR das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do

descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão gerenciador;

7.7. O Órgão da Administração Pública Federal não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (*noventa*) dias, observado o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.

7.8. Caberá ao Órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência desta Ata, desde que solicitada pelo Órgão não participante;

7.9. É vedada a participação de Órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital;

7.10. O Órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos nesta Ata;

7.11. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão gerenciador entre os Órgãos ou entidades participantes e os órgãos da Administração Pública Federal não participantes do registro de preços, da seguinte forma:

7.11.1. De Órgão ou entidade participante para Órgão ou entidade participante; ou

7.11.2. De Órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante;

7.12. O Órgão gerenciador será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o subitem 7.11, na hipótese de haver estimativa das quantidades que pretende contratar;

7.13. Na hipótese de remanejamento de Órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 7.2 e 7.3;

7.14. O remanejamento de que trata o subitem 7.11 deve ser solicitado pelo Órgão interessado e autorizado pelo Órgão gerenciador, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo Órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência deste(a);

7.15. Caso o remanejamento seja feito entre Órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO / ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

8.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual em conformidade com os artigos 25, § 7º e 92, inciso V, § 3º da Lei nº 14.133/2021;

8.2. O reajustamento dos preços será feito com base na variação do ICTI - Índice de Custo da Tecnologia da Informação calculado e divulgado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = (I - I_0 / I_0) \times P$$

Onde:

R = Reajuste

I = Nº índice da data do reajuste

I₀ = Nº índice da data do orçamento estimado pela Administração ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado

8.3. A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio;

8.4. Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante;

8.5. A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 8.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 21.2;

8.6. A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar;

8.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9 - CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA:

9.1. Desde que atendidos os pressupostos da lei, será incluído nesta Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que:

9.1.1. Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos da licitante vencedora; e

9.1.2. Mantiverem sua proposta original;

9.2. A inclusão do registro de licitantes a que se refere o subitem 9.1 desta Ata será realizada segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

10.2. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico SRP mencionado no preâmbulo, seus Anexos, as documentações e as propostas das empresas classificadas, independentemente de transcrição;

10.3. Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), o FORNECEDOR deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO:

11.1. Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO:

12.1. Para dirimir questões oriundas da presente Ata ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes a presente Ata.

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

RESPONSÁVEL
FORNECEDOR
(cargo)

****MINUTA ASSINADA APENAS PARA PERMITIR A VISUALIZAÇÃO DO
CONTEÚDO****



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HENRIQUE DE ARAGÃO PEDROSO**,
Diretor, em 14/01/2026, às 17:39, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.
Nº de Série do Certificado: 11de25090864a967



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1516499** e o
código CRC **3302AB4B**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

MINUTA TRF2 1561416

MINUTA	MINUTA	MINUTA*
---------	---------	---------

CONTRATO DE AQUISIÇÃO E RENOVAÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARES MICROSOFT, ATUANDO O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2) COMO GERENCIADOR E A SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (SJRJ) COMO PARTICIPANTE, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc. Adm. SEI nº [0009034-86.2025.4.02.8000](#)

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, estabelecida _____, CEP _____, Tel.: () _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo SEI nº [0009034-86.2025.4.02.8000](#), em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº _____, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em ____/____/2025, através da Decisão TRF2 _____, FIRMAM o presente Contrato, objetivando a *aquisição e renovação de licenças de softwares Microsoft, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como participante*, sujeitas as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a aquisição e renovação de licenças de softwares Microsoft, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como participante, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº _____ e seus Anexos I, II, III e IV e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE FORNECIMENTO:

2.1. DA FORMA DE FORNECIMENTO:

2.1.1. O objeto do Contrato deverá ser fornecido de uma só vez, nos termos do art. 6º, X, da Lei nº 14.133/2021;

2.1.2. O fornecimento do objeto do Contrato, cujo objeto não é de natureza continuada, será efetuado conforme item 23 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico, **excetuando-se o item 15 (Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric)**, pois refere-se a serviços de natureza continuada com pagamento mensal.

2.1.3. O atendimento referente aos serviços de computação em nuvem Microsoft Fabric deverá ser realizado em território nacional, o que inclui armazenar os dados e informações do Contratante em datacenters instalados fisicamente no Brasil, incluindo replicação e cópias de segurança (backups), conforme disposto na Norma Complementar nº 14/IN01/DSIC/SCS/GSIPR, de modo que o Contratante disponha de todas as

garantias da legislação brasileira, enquanto tomadora do serviço, na forma descrita no item 17 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.1.3.1. A Solução contratada deverá fornecer suporte ao tratamento de dados pessoais, conforme preconiza a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

2.1.3.2. O fornecimento do objeto do Contrato será efetuado conforme item 18 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.2. DA ENTREGA:

2.2.1. A entrega deverá ser realizada por *e-mail* da seguinte forma:

2.2.1.1. TRF2: licenciamento@trf2.jus.br

2.2.1.2. SJRJ: licenciamento@jfrj.jus.br

2.2.1.3. Nas mensagens eletrônicas deverão constar, além dos dados requeridos para o licenciamento/subscrição no site do fabricante:

2.2.1.3.1. Cópia da(s) nota(s) fiscal(is);

2.2.1.3.2. Os procedimentos a serem adotados para ativação das licenças;

2.2.1.3.3. O telefone e/ou e-mail de contato para suporte ao procedimento;

2.2.1.3.4. A forma de comprovação junto ao site do fabricante dos itens fornecidos com suas descrições, respectivos part-numbers e quantitativos em nome do Contratante e com suporte se for o caso.

2.2.1.4. Devido à existência de filtros anti-spam, recomenda-se o uso de confirmação de entrega e leitura.

2.2.1.5. Caso não ocorra confirmação do recebimento de mensagem no prazo de 24 horas, a CONTRATADA deverá entrar em contato com a equipe de gestão do contrato.

2.2.1.6. O suporte ao procedimento de ativação poderá ser realizado remotamente.

2.2.1.7. As licenças adquiridas deverão ser disponibilizadas em sua versão mais atual, exceto nos itens em que for especificado de forma distinta. Em caso de mudança de nomenclatura deverá estar especificado na proposta técnica o nome anterior e o atual.

2.2.1.8. As licenças devem estar disponíveis em ambiente *Web*, durante toda a vigência contratual, de tal forma que os downloads sejam liberados para a equipe de gestão do contrato.

2.2.1.9. O fornecedor deverá informar o site e os procedimentos de download direto do fabricante, quando cabível.

2.3. DO PRAZO DE ENTREGA:

2.3.1. O prazo de entrega do objeto será de _____ dias corridos *[no máximo, 15 (quinze) dias corridos, conforme proposta]*, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à assinatura do Contrato pelo Contratante.

2.3.2. O prazo de entrega do item 15 (**Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric SKU:F64 + Armazenamento OneLake 1000Gb, Acesso à Plataforma Azure PrePayment para uso do MICROSOFT FABRIC F64 com reserva mensal Adiantado pelo período de 12 meses + Armazenamento Onelake Storage de 1000Gb por 12 meses**) será de _____ dias corridos *[no máximo, ____ (____) dias corridos, conforme proposta]*, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à assinatura do Contrato pelo Contratante.

2.4. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

2.4.1. O Cronograma de Execução da contratação seguirá o disposto no item 19 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.4.2. As etapas de execução desta contratação, cujos prazos têm como referência inicial o fim da etapa anterior, constam da tabela abaixo:

Etapa	Descrição	Prazo
01	Entrega dos softwares	O prazo de entrega será de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos a partir do dia útil seguinte à assinatura do contrato pelo contratante/recebimento da nota de empenho.
02	Recebimento provisório do objeto	Imediatamente depois de efetuada a entrega dos softwares.

03	Recebimento definitivo do objeto	Até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.
----	----------------------------------	---

2.5. Do Órgão Gerenciador e do Órgão Participante:

2.5.1. DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2)

CNPJ: 32.243.347/0001-51

Rua Acre, 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20081-000

SITE: www.trf2.jus.br

Seção de Licitações: (21) 2282-8016 / 8682 (12 às 17h)

E-mail: cpl@trf2.jus.br

2.5.2. DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (SJRJ)

CNPJ: 05.424.540/0001-16

Av. Almirante Barroso, 78, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20040-009

Site: www.jfrj.jus.br

Seção de Licitações: Fone (21) 3218-9767 / 9868 (12 às 17h)

E-mail: licitacoes@jfrj.jus.br

2.6. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

2.6.1. A Contratada deverá entregar o objeto do Contrato de acordo com as especificações técnicas apresentadas no item 3 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

2.6.2. Os Requisitos da Contratação seguirão o disposto no item 17 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.6.3. A Contratada deverá observar os Requisitos Técnicos e de Qualidade da Contratação, descritos no item 15 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

2.6.4. A Contratada deverá observar o impacto ambiental decorrente da contratação, descrito no item 14 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.7. OS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA:

27.1. Sempre que se exigir, a comunicação entre o representante da Contratante e a Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

27.2. Para abertura de chamados de suporte técnico e garantia, deverá ser permitido o acesso direto à empresa fabricante do *software*, através de ligação gratuita ou de forma eletrônica, sem limitação para o número de chamados, caso seja necessário suporte do *software* ou solução de problemas que impliquem em desenvolvimento de correções (patches).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

3.1. São obrigações do Contratante as discriminadas no item 20 do Anexo I (Termo de Referência) e no item 19 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1. São obrigações da Contratada, além das constantes do item 21 do Anexo I (Termo de Referência) e no item 18 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, as previstas nesta Cláusula:

4.1.1. A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.1.2. É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha

em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

4.1.2.1. A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo.

4.1.3. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

4.1.4. A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.1.5. A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

4.1.5.1. Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

4.1.6. A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.7. A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Ética da Justiça Federal da 2ª Região, nos termos da Resolução nº 21 do TRF 2ª Região, de 16/12/2024.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

5.1.1. Em relação à entrega das aquisições e renovações de licenças de software Microsoft:

5.1.1.1. Provisoriamente, pelo Fiscal Técnico, mediante o registro de recebimento do documento fiscal no Portal do SIGEO, após a entrega do objeto para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.

5.1.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

5.1.1.2.1. O atesto referente à entrega das aquisições e renovações de licenças de software Microsoft será lavrado na mesma data do "recebimento definitivo" respectivo, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

5.1.2. Em relação à prestação dos serviços do item 15 (Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric), relacionados à serviços de natureza continuada com pagamento mensal:

5.1.2.1. Provisoriamente, pelo Fiscal Técnico, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico na prestação dos serviços;

5.1.2.2. Definitivamente, pelo Gestor do Contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório referente à prestação dos **serviços do item 15 (Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric) conforme os créditos**, salvo motivo justificado;

5.1.2.2.1. O Termo de Recebimento Definitivo referente à prestação dos serviços de suporte e atualização de versões compreenderá a execução do objeto da contratação e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

5.1.3. Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos

estabelecidos na IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

5.2. O objeto do Contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

5.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

5.5. Se, após o recebimento provisório referente à entrega das aquisições e renovações de licenças de software Microsoft, for constatado que o objeto está em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

6.1. DO PREÇO:

6.1.1. Planilha de preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	ID SGD / ID Microsoft	Quant. TRF	Quant. SJRJ	Quant. TOTAL	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA DCAL WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 12 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464	ID. SGD MS.5.0-A1352 ID. Microsoft W06-00022	1.718	3.277	4.995		

2	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA UCAL WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS 12 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 12 meses- adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID SGD MS.5.0-A1364 ID. Microsoft W06-00445</p>	111	444	555		
3	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para desktop Visio Professsional ALng LSA VISIO PROFESSIONAL ALNG LSA 12 meses (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance de 12 meses) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0537 ID. Microsoft D87-01057</p>	15	0	15		

4	<p>Licenciamento de software para servidor</p> <p>Descrição</p> <p>Complementar:</p> <p>Licença de software servidor Exchange Server Enterprise ALng LSA com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0237</p> <p>ID. Microsoft 395-02412</p>	2	3	5		
5	<p>Licenciamento de software para usuário</p> <p>Descrição</p> <p>Complementar:</p> <p>Licença de software de usuário Exchange Ent CAL ALng LSA User CAL com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 27502</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0227</p> <p>ID. Microsoft PGI-00268</p>	3.700	8.000	11.700		

6	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E1 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1588 ID. Microsoft T6A-00024	216	510	726		
7	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E1 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1588 ID. Microsoft T6A-00024	216	510	726		
8	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E1 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1588 ID. Microsoft T6A-00024	72	170	242		

9	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E3 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1616 ID. Microsoft AAA-10842	318	423	741		
10	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E3 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1616 ID. Microsoft AAA-10842	318	423	741		
11	Licenciamento de direitos de uso de software O365 E3 Existing Customer Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Office 365 Plano E3 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1616 ID. Microsoft AAA-10842	106	106	212		

12	Licenciamento de direitos de uso de software Entra ID P1 Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 12 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1027 ID. Microsoft 3R2-00002	534	933	1.467		
13	Licenciamento de direitos de uso de software Entra ID P1 Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 24 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1027 ID. Microsoft 3R2-00002	534	933	1.467		
14	Licenciamento de direitos de uso de software Entra ID P1 Sub Per User Descrição Complementar: Microsoft Entra ID P1 - (Licenças de Subscrição pelo período de 36 meses). SIASG (CATSER): 27502	ID. SGD MS.5.0-A1027 ID. Microsoft 3R2-00002	178	276	454		

15	Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric SKU:F64 + Armazenamento OneLake 1000Gb Descrição Complementar: Acesso à Plataforma Azure PrePayment para uso do MICROSOFT FABRIC F64 com reserva mensal Adiantado pelo período de 12 meses. + Armazenamento Onelake Storage de 1000Gb por 12 meses SIASG (CATSER): 27502	ID. Microsoft 6QK-00001	70 (créditos mensais)	0	70 (créditos mensais)		
16	Licenciamento de software para servidor Win Remote Desktop Services CAL ALng LSA UCAL Descrição Complementar: Windows Remote Desktop Server per User Client Access com Software Assurance (Aquisição de licenciamento perpétuo com Suporte e atualização de 12 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464	ID. SGD MS.5.0-A0614 ID. Microsoft 6VC-01252	300	0	300		

17	<p>Licenciamento de direitos de uso de software Office Professional Plus ALng LSA</p> <p>Descrição</p> <p>Complementar: Microsoft Office Professional Plus - (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos, com Software Assurance de 12 meses) no idioma Português e na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1423</p> <p>ID. Microsoft 269-05623</p>	2000	3400	5.400		
18	<p>Licenciamento de direitos de uso de software SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L</p> <p>Descrição</p> <p>Complementar: Microsoft SQL Server Enterprise (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 12 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual.</p> <p>SIASG (CATSER): 15091</p>	<p>ID. SGD MS.4.0-A0416</p> <p>ID. Microsoft 7JQ-00341</p>	40	0	40		

19	<p>Licenciamento de direitos de uso de software SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L Descrição Complementar: Microsoft SQL Server Enterprise (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 24 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 150191</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0418 ID. Microsoft 7JQ-00341</p>	40	0	40		
20	<p>Licenciamento de direitos de uso de software SQL Server Enterprise Core Alng LSA 2L Descrição Complementar: Microsoft SQL Server Enterprise (Aquisição de licenciamento perpétuo com Software Assurance por 36 meses – pack de 2 cores) na versão mais atual. SIASG (CATSER): 150191</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A0417 ID. Microsoft 7JQ-00341</p>	40	0	40		

21	Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA DCAL Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 24 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 24 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464	ID. SGD MS.5.0-A1354 ID. Microsoft W06-00022	1718	3277	4.995		
----	--	--	------	------	-------	--	--

22	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA DCAL Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para DISPOSITIVOS 36 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para dispositivos com Software Assurance de 36 meses) no idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID. SGD MS.5.0-A1353 ID. Microsoft W06-00022</p>	1718	3277	4.995		
----	---	---	------	------	-------	--	--

23	<p>Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA UCAL Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS 24 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 24 meses- adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464</p>	<p>ID SGD MS.5.0-A1366 ID. Microsoft W06-00445</p>	111	444	555		
----	---	--	-----	-----	-----	--	--

24	Licenciamento de direitos de uso de software para servidor Core CAL ALng LSA UCAL Descrição Complementar: WINDOWS SERVER CLIENT ACCESS LICENSE (CAL) para USUÁRIOS 36 meses (adição em novos contratos). (Aquisição de licenciamento perpétuo para usuários com Software Assurance de 36 meses- adição em novos contratos). No idioma Inglês e na versão mais atual. SIASG (CATSER): 27464	ID SGD MS.5.0-A1365 ID. Microsoft W06-00445	111	444	555		
25	Power BI Pro - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 meses	ID. SGD MS.5.0-A1173 ID. Microsoft NK4-00002	16	24	40		
TOTAL:							

6.1.2. O **VALOR TOTAL** deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

6.1.3. Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução contratual.

6.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1. O pagamento será efetuado após a entrega do objeto, em relação à entrega das aquisições e renovações de licenças de software Microsoft, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada:

6.2.1.1. no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado;

6.2.1.2. no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior àquele estabelecido do art. 75, II da Lei 14.133/21, devidamente atualizado;

6.2.1.3. Em relação à prestação dos serviços do item 15 (Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric), relacionados à serviços de natureza continuada, o pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e

depósito em conta corrente indicada pela Contratada, nos prazos descritos nos itens 6.2.1.1. e 6.2.1.2.

6.2.1.4. A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

6.2.1.4.1. O atesto do documento fiscal será lavrado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento do documento fiscal, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

6.2.1.5. No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

6.2.1.6. Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2. A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais), que deverão, obrigatoriamente, ser registrados no Portal do SIGEO - JT para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento;

6.2.2.1. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a Contratada terá acesso ao Portal SIGEO - JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

6.2.2.2. A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT, visando à apresentação do documento fiscal.

6.2.2.3. O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues, na forma abaixo, em conformidade com o Termo de Referência, bem como deverá ser registrado no portal SIGEO:

6.2.2.3.1. Para o TRF2 o e-mail terá como destinatário licenciamento@trf2.jus.br e a SJRJ terá como destinatário licenciamento@jfrj.jus.br.

6.2.2.4. Caso já exista cadastro realizado pela Contratada vinculado a outro Órgão, deverá ser procedida a regularização, de modo que seja alterada sua vinculação para este Tribunal;

6.2.2.4.1. Caso o cadastro existente tenha sido feito por outro Órgão, o fornecedor deverá diligenciar junto ao referido Órgão, no sentido de que lhe seja atribuída a responsabilidade pelo próprio cadastro, de modo que possa prosseguir com a nova vinculação

6.2.3. A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

6.2.4. A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas instruções normativas posteriores.

6.2.5. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

6.2.5.1. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.2.6. No caso de documento fiscal apresentado com erro, a Contratada será notificada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.7. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

6.3. DO REAJUSTE:

6.3.1. Os preços inicialmente contratados serão reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual em conformidade com os §§3º e 4º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. O reajustamento dos preços será feito com base na variação do ICTI - Índice de Custo da Tecnologia da Informação calculado e divulgado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = [(I - I_o) / I_o] \times P$, onde:

$R = \text{Reajuste}$

$I = \text{N.º índice da data do reajuste}$

$I_o = \text{N.º índice da data do orçamento estimado pela Administração ou da concessão do último reajuste}$

$P = \text{Preço a ser reajustado}$

6.3.3. A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

6.3.4. Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.3.5. A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 6.3.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 6.3.2.

6.3.6. A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

6.3.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região, na época da realização da despesa:

PTR	Natureza da Despesa	Nota de Empenho
168.420	3.3.90.40.06 (locação de softwares) - itens 6 a 15 e 25	
168.420	4.4.90.40.05 (aquisição de software pronto) - itens 1 a 5; 16 a 24	

7.2. Nas parcelas referentes ao exercício de 2026, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES:

8.1. A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no item 20 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:

9.1. A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

9.2. O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3. A extinção mencionada no subitem anterior será formalmente motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1. O fornecimento contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº _____, e seus Anexos I, II, III e IV;

b) Proposta datada de __/__/202__ apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação do objeto a ser fornecido.

10.2. Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão às condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do Contrato, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

11.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas;

11.2.2. Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

11.2.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.2.4. Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;

11.2.5. Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento;

11.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais;

11.4. A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, quanto à execução contratual, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

11.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização do Contratante serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1. O prazo de vigência do contrato terá início no 1º dia útil subsequente à data de assinatura do contrato pelo Contratante, estendendo-se até a data de término da vigência da subscrição das licenças adquiridas ou do suporte (*software assurance*) para os licenciamentos perpétuos.

12.1.1. A data de início da vigência do item 15 (Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric), de serviços de natureza continuada com pagamento mensal, deverá ser de até ____ (____) dias após 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante.

12.1.2. O item 15 (Serviço de computação em nuvem Microsoft Fabric) terá a vigência de ____ (____) ano(s), ou enquanto durarem os créditos.

12.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto do Contrato não for concluído no período estabelecido.

12.2.1. Caso a não conclusão decorrer de culpa da Contratada:

12.2.1.1. A Contratada será constituída em mora, aplicáveis a ela as penalidades estabelecidas no item 20 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

12.2.1.2. O Contratante poderá optar pela extinção do Contrato, estabelecida na Cláusula Nona.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E GARANTIA DO OBJETO:

13.1. O serviço de suporte técnico, manutenção e garantia do objeto seguirá o disposto nos itens 17.2 e 34 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, da seguinte forma:

13.1.1. Os softwares fornecidos deverão possuir garantia do fabricante, incluindo suporte técnico, e será conforme a vigência da subscrição ou Software Assurance (SA), contados a partir da data de recebimento definitivo.

13.1.2. A garantia de atualização de versão dos produtos será prestada durante toda a vigência contratual.

13.1.3. Deverá ser fornecido, pelo período da subscrição ou do Software Assurance, durante toda a vigência contratual, serviço de suporte técnico e manutenção, com o objetivo de manter os softwares adquiridos em perfeito funcionamento.

13.1.4. O suporte técnico deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em português.

13.1.5. Os serviços serão solicitados pelo Contratante mediante abertura de chamado junto à Contratada, caso o fabricante não reserve para si a responsabilidade pelo atendimento, via chamada telefônica local ou

gratuita, e-mail ou sítio na Internet.

13.1.6. Os atendimentos poderão ser realizados remotamente (via Internet, telefone ou e-mail) ou presencialmente, se necessário e em acordo com o Contratante.

13.1.7. Não haverá limite de quantidade de chamados durante a vigência do contrato.

13.1.8. Todos chamados deverão ser tratados em língua portuguesa do Brasil.

13.1.9. A Contratada deverá garantir junto a fabricante o suporte completo a todos os Softwares e serviços contratados, durante toda a vigência do contrato.

13.1.10. O escopo dos chamados de suporte deverá contemplar, no mínimo, o seguinte:

13.1.10.1. Dúvidas operacionais e resolução de problemas referentes às licenças de Software adquiridas.

13.1.10.2. Problemas no acesso ao portal de gerenciamento das licenças.

13.1.10.3. Esclarecimento de questões referentes ao faturamento ou licenciamento dos produtos.

13.1.10.4. Esclarecimento de questões referentes ao contrato de licenciamento Microsoft.

13.1.10.5. Correção de problemas de configuração, funcionamento e utilização da solução ofertada.

13.1.10.6. Manutenção e atualização da solução ofertada - atualização de versão, patches de correção, fixes, updates, service packs, vulnerabilidades de segurança, novos releases, builds, upgrades incluindo versões não sucessivas;

13.1.11. O Contratante poderá atribuir ao chamado o nível de severidade de acordo com a avaliação do tipo do problema e do impacto.

13.1.12. A Contratada deverá oferecer manutenção e suporte técnico conforme o nível de severidade de cada chamado e dentro dos tempos de resposta definidos abaixo:

Nível de severidade	Definição	Tempo de resposta
Crítico	Um ou mais serviços estão indisponíveis. Há um grave impacto sobre a produção ou as atividades da instituição. Vários usuários ou serviços são afetados.	Até 1 (uma) hora.
Normal	O serviço pode ser usado, mas com limitações. A situação tem impacto operacional moderado e pode ser tratada em horário comercial. Um único usuário ou serviço é afetado.	Até 24 (vinte e quatro) horas.
Baixo	Impacto operacional mínimo, sem indisponibilidade do serviço e sem comprometimento de funcionalidades. Existe uma solução alternativa aceitável	Até 5 (cinco) dias úteis.

13.1.13. Durante o período da garantia/validade, a Contratada será obrigada a reparar, corrigir no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

13.1.14. O prazo de garantia/validade deverá ser integral, devendo cobrir qualquer defeito de fabricação, quando em condições normais de uso.

13.1.15. O Contratante poderá atribuir ao chamado o nível de severidade de acordo com a avaliação do tipo do problema e do impacto, conforme item 17.2.9 do Anexo 1 - Termo de Referência do Edital.

13.1.16. A Contratada deverá oferecer manutenção e suporte técnico conforme o nível de severidade de cada chamado e dentro dos tempos de resposta definidos no item 17.2.10 do (Anexo 1) Termo de Referência do Edital.

13.1.17. Os prazos serão contados a partir da data do recebimento definitivo dos materiais, prevalecendo o prazo de garantia/validade fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso seja maior.

13.1.18. Demais garantias exigidas no Edital.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

14.1. Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada prestará garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no §1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, no valor de **R\$** _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor inicial deste Contrato.

14.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

14.2.2. Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

14.2.3. Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

14.2.4. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

14.3. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

14.3.1. Na hipótese de opção por seguro-garantia, deverá ser apresentada a respectiva Apólice no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do Contrato, nos termos do §3º, do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021.

14.3.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.3.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, a título de garantia.

14.3.3.1. O bloqueio efetuado com base no subitem 14.3.3 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

14.3.3.2. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 14.3.3 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.3.4. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

14.5. Em caso de contrato com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do Contrato para definição e aplicação do percentual previsto no subitem 14.1.

14.6. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.7. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

14.8. Será considerada extinta a garantia:

14.8.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

14.8.2. Com a extinção do Contrato.

14.9. O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

14.9.1. Caso fortuito ou força maior;

14.9.2. Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;

14.9.3. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

14.9.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante;

14.10. Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 14.9.2 e 14.9.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS:

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS:

16.1. A presente Cláusula tem por objeto atender aos dispositivos consignados na Lei nº 13.709/2018, e nas Resoluções nº 363 de 12/01/21 do CNJ e nº TRF2-RSP-2022/00031 de 01/04/2022 deste E. Tribunal.

16.2 - DOS AGENTES DE TRATAMENTO:

16.2.1. Para efeitos de proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato o Contratante e a Contratada assumem as obrigações de controladores de dados, na forma de controladoria conjunta, dada a convergência das finalidades do tratamento de dados pessoais no âmbito contratual.

16.3. DAS OBRIGAÇÕES:

16.3.1. As Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais coletados de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.965/2014 e o Decreto nº 8.771/2016 (Marco Civil da Internet), no que couber.

16.3.2. Ficam as Partes obrigadas a adotar medidas de segurança, técnicas e organizacionais apropriadas contra o tratamento de dados não autorizado ou ilegal, a perda, a destruição acidental ou eventuais danos aos dados pessoais, incluindo as medidas estabelecidas em Políticas de Privacidade compatíveis com os ditames da lei (artigo 46, da LGPD).

16.3.3. As partes garantem que:

a) o tratamento de dados pessoais será feito conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

b) o tratamento de dados pessoais será limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades da contratação, vedado às partes a utilização e/ou o compartilhamento dos dados pessoais para finalidade diversa, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal (artigo 6º incisos I, II e III, artigo 7º, § 3º da LGPD).

c) o eventual compartilhamento dos dados pessoais com outras empresas ou pessoas, na forma acima, deve se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual ou conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11, 14 e/ou 23 da Lei nº 13.709/2018.

d) será mantido registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizam para a execução deste contrato. A Contratada deverá disponibilizar ao Contratante, sempre que solicitado, toda informação e documentação necessárias para demonstrar cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação pertinente.

16.3.4. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados, servidores e/ou colaboradores acerca das obrigações e condições acordadas neste instrumento contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Contratante, cujas regras deverão ser aplicadas ao tratamento dos dados pessoais por eles realizados. A Contratada responsabiliza-se por eventuais descumprimentos.

16.3.5. A Contratada deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Contratante relativos aos dados pessoais, em caso de desligamento do empregado, servidor e/ou colaborador das atividades inerentes à execução deste Contrato.

16.3.6. As Partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares, nos termos previstos na LGPD e na legislação de regência, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, do Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais órgãos de controle.

16.3.7. A Contratada deverá comunicar por escrito ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao Contratante as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

a) A Contratada poderá enviar informações de forma gradual somente no caso em que não disponha imediatamente de todas as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD.

16.3.8. Em caso de subcontratação, a Contratada garante a assunção das obrigações referentes à proteção de dados pessoais pela subcontratada, devendo os serviços prestados por esta ser executados de acordo com o disposto neste Contrato. A Contratada assume responsabilidade administrativa e civil pelos atos por praticados pela subcontratada.

16.4. DA RESPONSABILIDADE:

16.4.1. Eventual responsabilidade das Partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e em consonância com as disposições constantes da Seção III, Capítulo VI da LGPD.

16.4.2. As Partes responderão administrativa e judicialmente se causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD e à legislação de regência.

16.5. DO TÉRMINO DO TRATAMENTO:

16.5.1. Encerrada a vigência do Contrato ou sendo verificado que os dados pessoais deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade, as Partes se comprometem a eliminar todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direito ou outra hipótese prevista na LGPD ou na legislação pertinente.

16.5.2. Na hipótese de ajuizamento de ação trabalhista, as partes estão autorizadas a guardar os dados pessoais até o trânsito em julgado ou, sendo o caso, até a quitação dos valores devidos.

16.5.3. A eliminação dos dados abrange todas as cópias existentes, em formato digital ou físico.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE) PARA OS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA:

17.1 - Os Níveis de Serviços Exigidos (NSE) para os Serviços de Suporte Técnico e Garantia, estão detalhadamente descritos no item 24 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS:

18.1. A Matriz de Alocação de Riscos está demonstrada no item 39 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA CONFIDENCIALIDADE E DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES:

19.1. A Contratada deverá observar as regras sobre a confidencialidade e o sigilo das informações referentes à Contratação, nos termos do item 38 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

20 - CLÁUSULA VISÉSIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

20.1. O Contrato poderá ser alterado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

20.1.1. No que se refere à alteração unilateral, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

20.1.2. As alterações unilaterais, mencionadas no subitem anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

20.2. Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

20.3. Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pela execução contratual.

21 - CLÁUSULA VISÉSIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO:

21.1. Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

22 - CLÁUSULA VISÉSIMA SEGUNDA: DO FORO:

22.1. Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

****MINUTA ASSINADA APENAS PARA PERMITIR A VISUALIZAÇÃO DO
CONTEÚDO****



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO DE MATTOS COLARES**, Técnico Judiciário, em 26/01/2026, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1561416** e o código CRC **A12BBC0C**.

0009034-86.2025.4.02.8000

SEI 1561416v2